

PRIMEIRA PARTA – QUESTÕES OBJETIVAS

Questão 01

Conforme artigo 5º da Constituição Federal, é **correto** afirmar que:

- a) A Constituição Federal vedou expressamente a possibilidade de criação de crimes imprescritíveis;
- b) Conforme disposto no referido artigo, às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;
- c) As provas obtidas por meios podem ilícitos ser admitidas no processo penal quando se tratar de crimes hediondos;
- d) A Constituição Federal veda qualquer hipótese de retroatividade da lei penal, ainda que seja para beneficiar o réu.

Questão 02

Não é um direito ou garantia fundamental expressamente previsto na Constituição Federal:

- a) A observância ao devido processo legal;
- b) A comunicação imediata, ao juiz competente, da prisão de qualquer pessoa;
- c) A ampla defesa e o contraditório;
- d) A existência de tribunal de exceção para

juízo de atos de terrorismo.

Questão 03

A Constituição Federal de 1988 prevê como instituição essencial à justiça a Defensoria Pública. Conforme disposições Constitucionais acerca do tema é **correto** afirmar que:

- a) A Defensoria Pública está em patamar inferior ao Poder Judiciário, uma vez que este possui Capítulo específico na Constituição Federal. Equipara-se, portanto, ao Ministério Público, pois se encontram no mesmo Capítulo IV intitulado “Das funções essenciais à justiça”.
- b) A Defensoria Pública é instituição vinculada ao Poder Executivo e desta dependente, pois não possui autonomia funcional ou administrativa.
- c) O texto constitucional equipara advogados e Defensores Públicos ao conferir a eles a mesma atribuição de prestar orientação jurídica e defesa de necessitados.
- d) A Constituição Federal conferiu à Defensoria Pública autonomia funcional e administrativa, enquanto instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

Questão 04

Apresenta-se como uma das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Internação.
- b) Acolhimento institucional.
- c) Liberdade assistida.
- d) Prestação de serviços à comunidade.

Questão 05

Defensor Público lotado em comarca do estado do Paraná recebeu diversas reclamações de pais contra a falta de creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos de idade. Após oficial à secretaria municipal de educação, o Defensor confirmou a veracidade dos fatos. Com base na situação hipotética acima e nas normas do ECA acerca da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos de crianças e adolescentes, assinale a opção **correta**:

- a) Em razão da discricionariedade da administração pública municipal e da reserva do possível, que impedem a análise judicial do caso, o Defensor Público deverá expedir recomendação à Câmara Municipal para que inclua, no próximo orçamento anual, a previsão de recursos públicos para a

construção de creches e pré-escolas.

- b) O Defensor Público apenas poderá remeter os documentos ao Ministério Público para a tomada de providências cabíveis.
- c) O Defensor Público deverá arrecadar procurações de todos os pais.
- d) O Defensor Público deverá ajuizar ação civil pública contra o município, requerendo liminarmente que o réu seja obrigado a construir creches e pré-escolas em determinado prazo, sob pena de multa diária, e, no mérito, deverá requerer a confirmação da liminar.

Questão 06

Sobre a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, assinale a alternativa **correta**:

- a) A gravidade do ato infracional é fator que, por si só, justifica a não substituição da medida por outra menos grave.
- b) É direito do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei, receber assistência integral à sua saúde.

c) O adolescente cumprirá medida socioeducativa de internação por mais de três anos caso seja considerado perigoso.

d) O juiz poderá determinar a substituição por medida socioeducativa mais gravosa sem ouvir o adolescente.

Questão 07

Assinale a alternativa **correta**:

a) Em procedimento de apuração de ato infracional praticado por adolescente, é dispensável a presença do defensor nas audiências.

b) A internação provisória da criança ou do adolescente que tenha praticado ato infracional pode ser decretada pelo prazo máximo de seis meses.

c) É direito do adolescente privado de liberdade, entre outros, receber escolarização e profissionalização.

d) O adolescente maior de 16 anos que for condenado por crime hediondo receberá pena privativa de liberdade, que será cumprida em estabelecimento prisional.

Questão 08

O que se entende por *abolitio criminis*?

a) É a lei que isenta de pena determinados

delitos, sem, contudo, revogar as normas penais incriminadoras que trazem a sua tipificação.

b) É o perdão judicial dado a determinado agente que praticou um crime.

c) É a lei posterior que deixa de prever determinado fato como crime, de modo que, por ser mais benéfica ao acusado, retroage, produzindo efeitos mesmo em relação aos casos onde haja sentença condenatória transitada em julgado.

d) É a situação jurídica-processual do condenado que, após o decurso do prazo de 05 (cinco) anos da extinção da pena, não pode mais ser considerado reincidente.

Questão 09

Considerando-se o crime em seu conceito analítico, enquanto fato típico, ilícito e culpável, qual das circunstâncias abaixo **não** afeta o elemento da culpabilidade?

a) Ser o agente menor de 18 anos.

b) A embriaguez acidental completa.

c) A inexigibilidade de conduta diversa.

d) O exercício regular de direito.

Questão 10

A respeito dos crimes patrimoniais, é

correto afirmar que:

- a) A conduta de obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento, caracteriza, em tese, crime de estelionato.
- b) Pratica o crime de roubo o agente que subtrai para si ou para outrem coisa alheia móvel, ainda que não empregue violência ou grave ameaça e nem utilize recurso que impossibilite a resistência da vítima.
- c) A subtração de coisa alheia móvel, praticada em concurso de agentes e mediante rompimento de obstáculo, não caracteriza, em tese, o delito de furto qualificado.
- d) O princípio da insignificância não é aplicável a nenhum delito patrimonial que tenha atingido a sua consumação.

Questão 11

A instituição de Júri é reconhecida na Constituição Federal, assim como alguns princípios específicos possuem exposto assento constitucional. Dentre estes, **não** se inclui:

- a) a plenitude de defesa
- b) o sigilo das votações

- c) a competência exclusiva para a apreciação de todos os crimes hediondos
- d) soberania dos veredictos

Questão 12

Não se insere na competência para julgamento pelo Tribunal do Júri:

- a) homicídio doloso
- b) infanticídio
- c) aborto
- d) latrocínio

Questão 13

Menelau, após sentença condenatória transitada em julgado pelo crime de tráfico de drogas (art. 33, caput da Lei 11.343/2006), datada de 01/01/2012, pratica homicídio qualificado pelo motivo torpe (art. 121, §2, I do Código Penal). Se condenado por este novo crime, em havendo o trânsito em julgado da sentença, é correto afirmar que a progressão de regime observará a seguinte fração de cumprimento de pena:

- a) 1/6
- b) ¼
- c) 2/5
- d) 3/5

Questão 14

No que diz respeito ao sistema de cumprimento de pena no ordenamento pátrio, **não** constitui regime de cumprimento de pena:

- a) Prisão domiciliar
- b) Fechado
- c) Semi-aberto
- d) Aberto

Questão 15

Não será concedida fiança, em nenhuma hipótese, nos crimes de:

- a) furto, desde que seja qualificado.
- b) racismo.
- c) roubo, na sua forma simples.
- d) porte ilegal de arma de fogo.

Questão 16

Não é um recurso previsto expressamente no Código de Processo Penal o (a):

- a) Apelação.
- b) Carta testemunhável.
- c) Protesto por novo júri.
- d) Recurso em Sentido Estrito.

Questão 17

Augusto e Pedro foram condenados em virtude da prática do crime de tráfico de drogas. Intimados acerca da condenação, Augusto afirmou que **não** tinha interesse em recorrer, e Pedro manifestou que tinha interesse no recurso. Todavia, o Defensor Público atuante interpôs apelação no prazo legal somente com relação à Augusto, já que **não** se vislumbrou qualquer modificação a ser feita na sentença condenatória de Pedro. Ante tal ocorrência:

- a) Somente será processado recurso de Pedro, eis que a vontade que deve prevalecer é sempre a do condenado.
- b) Somente será processado recurso de Augusto, eis que a vontade que deve prevalecer é sempre a do Defensor Público, em virtude deste possuir conhecimentos técnicos.
- c) Ambos os recursos serão processados, eis que a vontade que prevalece é a daquele que quer recorrer.
- d) Nenhum dos recursos deverá ser processado, eis que a vontade que prevalece é a daquele que não quer recorrer.

Questão 18

Assinale a assertiva **correta**.

- a) A pessoa em situação de rua não possui domicílio.
- b) A pessoa em situação de rua possui o mesmo domicílio de seus parentes.
- c) A pessoa em situação de rua não possui domicílio, a não ser que possua cadastro no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, ocasião em que seu domicílio será o da respectiva unidade de cadastramento.
- d) A pessoa em situação de rua possui como domicílio o local onde for encontrada, como, por exemplo, no local onde tem por hábito dormir na estação rodoviária.

Questão 19

Assinale a assertiva **correta**.

- a) A interdição recai somente sobre o absolutamente incapaz.
- b) Se não há parentes interessados, é impossível deflagrar o processo de interdição.
- c) A posse e a detenção pelo lapso temporal necessário, preenchidos os demais requisitos, credenciam o seu titular à aquisição da propriedade pela usucapião.
- d) A usucapião é modalidade de aquisição originária da propriedade.

Questão 20

Sobre a responsabilidade civil, assinale a assertiva **correta**.

- a) No Código Civil não há previsão de responsabilidade civil objetiva.
- b) A responsabilidade civil subjetiva é a regra do Código Civil e pressupõe a presença dos elementos da conduta, dano (resultado), nexo causal e culpa.
- c) Para efeito de fixação do quantum indenizatório, é irrelevante o grau da culpa do agente causador do dano.
- d) A responsabilidade civil do preposto é pessoal, a despeito de objetiva, cujo empregador responde em caráter subsidiário.

Questão 21

Quanto ao poder familiar, é **correto** afirmar que:

- a) Durante o casamento ou a união estável, aos pais são os detentores do poder familiar; na falta ou impedimento de um deles, caberá ao juiz nomear tutor ou curador, conforme o caso.
- b) O pai ou a mãe que contrair novo matrimônio ou estabelecer nova união estável, não perde, quanto aos filhos do relacionamento anterior, os direitos do

poder familiar, exercendo os sem qualquer interferência do novo cônjuge ou companheiro.

c) Os pais, quanto à pessoa dos filhos menores, podem recomendar, não podem porém, exigir, que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios da sua idade e condição.

d) Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto permanecem seus vínculos de dependência econômica.

Questão 22

Quanto ao divórcio, é **correto** afirmar que:

a) pode dar ensejo à obrigação de prestar alimentos, a qual não se extingue com novo casamento do alimentante.

b) não importa restrição aos direitos e deveres decorrentes do poder familiar, salvo na hipótese de casamento de qualquer dos pais.

c) só pode ser concedido após prévia partilha dos bens.

d) não pode ser requerido se não comprovada culpa de um dos cônjuges.

Questão 23

Quando Luciana contava com apenas

dezesseis anos de idade os seus pais a autorizaram a se casar com Hebert, que contava com vinte e sete anos de idade na ocasião do casamento. Não foi celebrado pacto antenupcial. No quarto mês de vigência do casamento, Luciana apaixonou-se por uma amiga e com ela começou a se relacionar afetivamente. Nesse mesmo mês, desejando casar-se com essa amiga, Luciana decidiu se separar do marido, saiu de casa levando seus objetos pessoais e ajuizou ação de divórcio com vistas a romper o vínculo conjugal. Na petição inicial da demanda, alegou não mais ser possível a reconciliação entre as partes e informou que o casal não teve filhos. Por outro lado, aduziu que os pais de Hebert, após o casamento, doaram ao casal um bem imóvel. Além disso, durante o casamento, Hebert apostou e ganhou um prêmio de R\$ 50.000.000,00 em uma loteria. Sendo assim, Luciana pleiteou a decretação do divórcio do casal e a partilha dos bens adquiridos na constância do casamento.

Tendo em conta as disposições legais e constitucionais do casamento e de sua dissolução, assinale a opção correta relativamente à situação hipotética acima descrita.

a) São passíveis de serem partilhados tanto

o bem imóvel quanto o prêmio lotérico, pois entram na comunhão de bens do casal.

b) À luz do Código Civil não é permitido o casamento do menor de dezoito anos de idade, ainda que com autorização dos pais. Dessa forma, em vez do divórcio, Luciana deveria ter pleiteado a anulação de seu matrimônio com Hebert.

c) O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos. Dessa forma, o pedido de divórcio formulado por Luciana não poderá ser acolhido, pois o casal não estava separado judicialmente por mais de um ano ou separado de fato há mais de dois anos.

d) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não é permitido o casamento entre pessoas do mesmo sexo, sendo possível, no entanto, o reconhecimento de relação de união estável homoafetiva. Desta forma, ainda que obtenha o divórcio, Luciana não poderá contrair casamento com a sua amiga.

Questão 24

Ozório tem vinte anos de idade, procurou a Defensoria Pública com o objetivo de

receber uma orientação jurídica. Afirmou que, quando possuía quatro anos de idade, seu pai foi condenado a pagar alimentos mensais em seu favor, fixados em 30% do salário mínimo. No entanto, o seu pai nunca adimpliu o pagamento das prestações alimentares. Sendo assim, questionou o estagiário que o atendia se poderia cobrar o montante integral em atraso.

Considerando as disposições civilísticas a respeito dos institutos da prescrição e dos alimentos, assinale a opção correta com referência à situação hipotética acima.

a) Diante de sua natureza de direito personalíssimo, a pretensão de cobrança de crédito alimentar não se sujeita à prescrição. Dessa forma, poderiam ser cobradas todas as prestações alimentícias devidas pelo genitor de Ozório.

b) Ozório somente poderá cobrar os alimentos inadimplidos referentes aos últimos três meses, pois as demais prestações, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, perderam sua natureza alimentar diante da inércia do credor de alimentos.

c) De acordo com o Código Civil, a pretensão de cobrança do crédito alimentar prescreve em cinco anos, a partir do vencimento de cada prestação. Assim,

Ozório somente poderá cobrar os alimentos que não tenham vencido há mais de cinco anos.

d) Segundo o disposto no Código Civil, prescreve em dois anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem. Dessa maneira, Lucas somente poderá cobrar os alimentos que não tenham vencido há mais de dois anos.

Questão 25

O Sr. Peter Park, residente em Curitiba, procurou os serviços da Defensoria Pública do Estado do Paraná alegando que após ter sido picado por animal peçonhento adquiriu rara doença, e em seu tratamento é necessário diversas medicações de alto custo, não tendo, por outro lado, condições de adquirir tais fármacos de maneira particular, uma vez que atualmente encontra-se desempregado e dependente do benefício previdenciário percebido pelo sua tia, Sra. May Parker. Assim, considerando que o Sr. Peter trouxe informações acerca de sua situação econômica e da necessidade do medicamento, foi oficiada a Secretaria Estadual de Saúde, tendo sido formalizada a recusa administrativa por parte do chefe de

gabinete do Secretário de Saúde. Em posse dessas informações foi impetrado Mandado de Segurança perante o juízo de primeiro grau com pedido de tutela liminar. O juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de antecipação de tutela e o Defensor Público supervisor pediu para você, enquanto estagiário da Defensoria Pública, realizar a minuta da medida adequada para que seja obtido o medicamento necessário ao tratamento do Sr. Peter. Qual seria a medida cabível?

a) Apelação interposto perante o juízo de primeiro grau e com razões endereçadas ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

b) Mandado de Segurança contra ato de juiz de direito, impetrado diretamente perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em decorrência da competência originária da corte;

c) Mandado de Segurança contra ato de juiz de direito, impetrado perante alguma das varas da Fazenda Pública;

d) Agravo de Instrumento interposto diretamente perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as razões endereçadas a tal corte.

Questão 26

O Sr. Matthew Murdock, humilde deficiente visual, tendo toda sua renda proveniente de benefício de prestação continuada no valor de um salário-mínimo, procurou os serviços da Defensoria Pública em 15 de abril de 2015, alegando que a conta pela qual percebe seu benefício previdenciário havia sido bloqueada. Após pesquisa junto ao distribuidor cível, descobriu-se que ele era réu em ação perante a 2ª Vara Cível de Curitiba.

Analisando os autos, depreenderam-se alguns fatos: A) Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Wilson Fisk em novembro de 2013, onde alegou-se que havia contrato de mútuo não pago pelo Sr. Matthew; B) O Sr. Matthew foi regularmente citado e não apresentou defesa, sendo declarado revel; C) Houve sentença de procedência, condenando-se o Sr. Matthew a pagar ao autor a quantia de R\$5.000,00, em fevereiro de 2014; D) Não tendo sido apresentado recurso por nenhuma das partes, foi certificado o trânsito em julgado em junho de 2014; E) Foi apresentado pedido de cumprimento de sentença pelo Sr. Wilson em julho de 2014; F) O Sr. Matthew foi pessoalmente intimada a pagar o valor devido em 15 dias, sob pena de penhora de bens, em novembro passado;

G) Dada a inércia do Sr. Matthew foi apresentado pedido de penhora online de valores; H) Foram bloqueados quantias referentes a R\$700,00 na conta em que o Sr. Matthew percebe seu benefício de assistência social em 10 de abril de 2015.

Com estas informações, o Sr. Matthew foi convidado a comparecer à Defensoria Pública para maiores esclarecimentos, momento em que informou que o Sr. Wilson era pessoa de má índole e já condenado por estelionato, e que teria ajuizado tal ação de cobrança de forma temerária, uma vez que o contrato de mútuo realmente existiu, porém, o Sr. Matthew havia realizado o pagamento de todas as parcelas devidas e tinha termo de quitação datado de janeiro de 2012.

Em posse dessas informações, o Defensor Público supervisor solicitou que você realizasse a minuta da peça cabível. Assim, você apresentaria minuta de:

a) *Querela Nullitatis*, uma vez que o Sr. Matthew é pessoa civilmente incapaz, tanto por ser deficiente visual, quanto por receber benefício de prestação continuada e, assim, deveria ter sido realizada a citação no processo em comento na pessoa de seu curador e representante legal;

b) Mandado de Segurança contra ato

teratológico de juiz de direito, a ser impetrado perante o órgão competente para sua análise;

c) Exceção de Pré-Executividade, veiculando nulidade da penhora, por envolver bem impenhorável;

d) Contestação, alegando que o valor da dívida já estava paga e pugnando pela improcedência do pedido inicial.

Questão 27

Em abril de 2015, o Sr. Charles Xavier, professor aposentado da rede pública de ensino, e residente de Campina Grande do Sul, procurou os serviços da Defensoria Pública afirmando que foi vítima de um acidente de trânsito, ocorrido em Curitiba, em junho de 2012.

Alegou-se que Sr. Erik Magnus Lehnsher trafegava em alta velocidade e, ultrapassando sinal vermelho, colidiu com o automóvel do Sr. Charles.

O Sr. Erik reside na comarca de Araucária. Em decorrência do acidente, o veículo do Sr. Charles, avaliado em R\$20.000,00, foi totalmente destruído. Ainda, em decorrência do grave acidente o Sr. Charles ficou internado por cerca de 40 dias em hospital particular de Curitiba, sendo necessário

arcar com despesas médicas na ordem de R\$30.000,00. Por fim, em virtude das lesões ocorridas, o Sr. Charles ficou paraplégico, situação que lhe causa grave dano de ordem moral.

Em posse dessas informações, assinala a alternativa correta:

a) Considerando tratar de demanda que extrapola a alçada de 60 salários-mínimos, a ação de indenização por acidente de trânsito deverá ser proposta seguindo o rito comum ordinário;

b) Em que pese a situação narrada, a pretensão do Sr. Charles encontra-se prescrita, uma vez que entre a data dos fatos e a procura dos serviços da Defensoria Pública, decorreu o prazo prescricional estabelecido pela legislação civil para questões que versem sobre responsabilidade civil;

c) A ação a ser ajuizada seguirá o rito sumário, e poderá ser proposta na comarca de Campina Grande do Sul;

d) Eventual ação indenizatória poderá ser proposta até maio de 2017, e deverá ser ajuizada ou na Comarca de Curitiba, ou na Comarca de Araucária, bem como poderá seguir o rito sumário.

Questão 28

Sobre o órgão de Estado “Defensor Público”, é **correto** afirmar que:

- a) é agente incumbido de viabilizar o acesso dos necessitados à ordem jurídica justa, capaz de propiciar-lhes, mediante adequado patrocínio técnico, o gozo – pleno e efetivo – de seus direitos, superando-se, desse modo, a situação de injusta desigualdade sócio-econômica a que se acham lamentavelmente expostos largos segmentos de nossa sociedade;
- b) desempenha múnus público equivalente aos dos Defensores Dativos, podendo estes sempre substituírem a atuação dos Defensores Públicos, desde que decorrente de decisão judicial motivada;
- c) no Estado do Paraná, por a Defensoria Pública ainda não possuir independência funcional plena, têm suas funções concorrentemente submetidas ao controle disciplinar da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública, do Tribunal de Ética e Disciplina da Seccional OAB/PR e da Corregedoria-Geral do Estado;
- d) são os membros da Defensoria Pública e possuem, no desempenho de suas atribuições, independência funcional, a qual é limitada quando estão a litigar contra a Fazenda Pública, pois devem sempre

obedecer aos enunciados da Procuradoria-Geral do Estado.

Questão 29

Sobre a defesa de direitos promovida pela Defensoria Pública do Estado, é **incorreto** afirmar que:

- a) a Defensoria Pública deve promover a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados;
- b) no processo civil, nos casos de réu revel citado por edital, dever-lhe-á ser nomeado curador especial para defesa de seus interesses no processo, devendo a curatela especial ser exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.
- c) a Defensoria Pública do Estado do Paraná tem legitimidade para propor ação civil pública, porém nunca poderá litigar contra o Estado do Paraná, pois, nesta situação, ocorrerá confusão de obrigações (art. 381, do Código Civil), conforme entendimento expresso no enunciado da Súmula n 421, do STJ.
- d) é possível que a Defensoria Pública do Estado promova a defesa de ambas as partes de um processo judicial, desde que o faça

por Defensores Públicos distintos.

Questão 30

Segundo o filósofo Immanuel Kant, em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, “o homem, e, duma maneira geral, todo o ser racional, existe como fim em si mesmo, não só como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas ações, tanto nas que se dirigem a ele mesmo como nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ter considerado simultaneamente como fim”. Referida pensamento, exposto em obra publicada em 1785, influi no que é hoje conhecido por *Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. Considerando o exposto, julgue as afirmações seguintes:

I – A Emenda Constitucional Federal nº 80/2014 trouxe um avanço na proteção dos direitos humanos, pois constitucionalizou a previsão da existência da Defensoria Pública como instituição incumbida de os

promover;

II – É essencial ao Estado Democrático de Direito que toda pessoa tenha seus direitos atinentes ao exercício da cidadania reconhecidos pela ordem jurídica, constituindo a Defensoria Pública instrumento para a garantia destes direitos, mediante a promoção de acesso à Justiça a todos que necessitam, concretizando, no plano dos fatos, a dignidade humana prevista na Constituição;

III – O princípio da dignidade da pessoa humana pode ser entendido como o “Direito a ter Direitos”, sendo uma das funções da Defensoria Pública orientar os cidadãos acerca dos direitos de que são possuidores, pois, devido a exclusão social e aos obstáculos de acesso à cultura e à educação, muitos brasileiros sequer são conhecedores de seus direitos sociais básicos.

- a) Somente a I está correta;
- b) Somente a IV está correta;
- c) Todas estão corretas;
- d) Nenhuma está correta.

SEGUNDA PARTE – QUESTÕES DISCURSIVAS

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Em 2014, o Conselho Nacional de Justiça divulgou que o número de presos no país chegou a 715.655, fazendo com que o Brasil passasse a ter a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas da China e dos Estados Unidos (<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>).

Apenas entre 2003 e 2013, o aumento da população carcerária foi da ordem de 86%, ao passo que a população brasileira cresceu menos de 15% (<http://institutoavantebrasil.com.br/colapso-do-sistema-penitenciario-tragedias-anunciadas/>).

Apesar das prisões, no Brasil 20% da população foi vítima de algum crime em 2013 (roubo, furto, agressão), nosso país é o 13º mais violento do mundo, e das 50 cidades mais violentas do planeta, 16 estão em território nacional. Ademais, enquanto a taxa de encarceramento por habitante é assustadora (358 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes), a taxa de violência não é menos aberrante: são 29 assassinatos para cada 100 mil pessoas. Para fins de comparação, países que prendem muito menos que o Brasil, como Suécia, Holanda, Nova Zelândia e Coreia do Sul, contam com 98 presos para cada grupo de 100 mil habitantes (em termos proporcionais, a taxa de encarceramento por habitante é quase quatro vezes menor do que se tem no Brasil), registram taxas de homicídio muito inferiores às brasileiras: em média, há um assassinato para cada 100 mil pessoas (29 vezes menos que o Brasil). (<http://institutoavantebrasil.com.br/brasil-terceiro-que-mais-prende-no-mundo/>)

Diante desse cenário, discorra sobre a imposição de prisão como sanção criminal, analisando as funções da pena, os efeitos do encarceramento em massa e indicando alternativas às penas privativas de liberdade.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

Fale sobre a execução de alimentos, abordando, necessariamente, os seguintes tópicos (1) A possibilidade de prisão do devedor de alimentos; (2) A questão da dívida alimentar atual; e (3) A possibilidade de inscrição do nome do devedor no cadastro de maus pagadores.
